

IMPLICAÇÃO E IMPLICATURA NA COMUNICAÇÃO¹

Ivo José Dittrich

RESUMO: Esse estudo investiga o fenômeno da inferência em seus aspectos semânticos e pragmáticos: a implicação e a implicatura, respectivamente. Procura mostrar como, na comunicação, o processamento de informações se dá mediante estas duas categorias inferenciais, atuando conjunta e complementarmente: a primeira apoiada em princípios lógicos e a segunda, no princípio da relevância.

PALAVRAS-CHAVE: inferência, implicação, implicatura, relevância.

Introdução

Um dos objetivos do presente artigo é a discussão do relacionamento entre Semântica e Pragmática, quando se trata de abordar as inferências no processo de comunicação. Arelado a este, outro objetivo é especular em torno da idéia de que, tanto a implicação (material) quanto a implicatura (conversacional) articulam-se a partir de princípios semelhantes, embora à primeira (de natureza semântica) se acrescente o contexto e a relevância quando se trata de calcular a segunda. Dado que ambas as noções envolvem formas de raciocínio que os interlocutores utilizam para as inferências, inscreve-se o presente estudo naquela área limítrofe em que Semântica e Pragmática se complementam.

Com apoio na Teoria da Relevância - Sperber & Wilson (1995) - procura-se explicar como se conjugam a implicação e implicatura para gerar novos co-

¹ Este artigo retoma alguns aspectos do assunto abordado em comunicação oral durante o Congresso da ABRALIN – Florianópolis – 1999.

nhecimentos, ampliando, eliminando ou produzindo informações a partir da interação entre as proposições comunicadas (novas) e aquelas já existentes na memória conceptual do interlocutor. Trata-se da *implicação contextual*, um dos aspectos da comunicação humana responsável pela dinâmica do conhecimento. Em termos formais, parte-se da possibilidade de descrever e explicar essa dinâmica mediante dois processadores interligados, um de natureza semântica, responsável pelas implicações a partir da significação das sentenças e outro de natureza pragmática, responsável pelas implicaturas, a partir do sentido dos enunciados. Assume-se, conforme a Teoria da Relevância, que estes aparecem interligados a um processador de ordem representacional que tem acesso à memória enciclopédica, onde se encontram os esquemas conceptuais a respeito do mundo – o contexto. As implicações contextuais resultam, portanto, da síntese entre as proposições oriundas dos seus respectivos processadores. Em termos lógicos, trata-se de conclusões inferidas através de um certo tipo de silogismo – o entimema: a premissa suprimida provém do contexto - representação acessada na memória conceptual – e a outra, do interlocutor – informação nova.

Uma compreensão teórica dessa natureza deve ancorar-se no relacionamento entre a Lingüística e a Psicologia Cognitiva, cuja organização se apóia nas possibilidades representacionais e computacionais da mente humana. Pode-se, por isso, falar do processo da comunicação na linguagem verbal humana a partir da *inferencialidade*, um fenômeno de ordem multidisciplinar, inscrito simultaneamente na Semântica, na Pragmática e na Psicologia Cognitiva. Nesse sentido, a capacidade humana de comunicar e compreender através das inferências implica a conjugação de processos lingüísticos, pragmáticos e cognitivos, simultaneamente.

1. Semântica, Pragmática e a questão da inferência

Não se pretende, e nem seria possível, num estudo como este, abordar de forma mais exaustiva a relação entre as duas disciplinas que, para alguns autores são entendidas como distintas e autônomas, para outros como um campo de estudos imbricado em que se pressupõem mutuamente e ainda, para um terceiro grupo, como complementares, por tratarem, ambas, do significado²: a Pragmática a partir do uso e a Semântica a partir do chamado estritamente lingüístico. Parece, no entanto, que a proposta semiótica de

² É o caso de Leech (1983) e de Levinson (1983). Publicadas no mesmo ano, as duas obras apresentam posicionamentos diferentes em relação às duas áreas.

Morris (1976) ainda continua pertinente ao compreendê-las como disciplinas que, ao lado da Sintaxe, abordam os signos a partir de ângulos diversos, necessariamente interligados no processo da semiose – relação dos signos como outros signos, com a realidade e com os intérpretes. As duas disciplinas, na medida em que buscam descrever e explicar o significado das expressões lingüísticas, assim como a Sintaxe o faz em relação à estrutura e à organização das sentenças, focalizam um mesmo objeto teórico multifacetado por natureza. E isso gera a possibilidade de abordar em apenas uma disciplina, o que é abordado em duas.

Nota-se que a questão não é simples e por ora não parece consensualmente resolvida. A distinção de Saussure entre *langue/parole* e um pouco mais tarde, a de Chomsky em relação à *competência/performance*, pareceu indicar alguma saída quanto ao problema da natureza e da extensão do objeto de estudos da Lingüística. Nesse sentido, o fulcro da polêmica entre a Semântica e a Pragmática parece situar-se na maior ou menor amplitude em que se inscreve o estudo da linguagem verbal humana: se considerado que a sua abrangência envolve tanto o sistema (língua) quanto o uso efetivo desse sistema pelos usuários (*parole*) e que esta não se torna possível sem aquela (sendo a recíproca também verdadeira), então se poderia, numa única disciplina, tratar das questões relativas ao significado. Por outro lado, admitidas as dicotomias saussureana e chomskiana, a questão se coloca no sentido de que caberia à Semântica tratar do par *langue/competência* e à Pragmática do par *parole/performance*, embora isso não signifique que as categorias de cada par sejam sinônimas.

Não parece necessário aprofundar-se no mérito do programa de cada uma das disciplinas. Na perspectiva da compreensão morrisiana, tanto a implicação quanto a implicatura serão abordadas na perspectiva semântico-pragmática, compondo um quadro em que os dois conceitos se apresentem interligados e mutuamente necessários. Além disso, como o presente estudo se inscreve na compreensão da inferencialidade com base na Teoria da Relevância, este posicionamento é compatível com aquela: a comunicação humana envolve simultaneamente a decodificação e as inferências.

2. A Teoria da Relevância e a comunicação humana

De acordo com Sperber & Wilson (1995, p.9) “é verdade que a linguagem é um código que emparelha representações fonéticas e semânticas de sentenças. Todavia, há uma lacuna entre as representações semânticas das sentenças e os pensa-

mentos realmente comunicados através dos enunciados. Esta lacuna não é preenchida por mais código, mas por inferência". É neste sentido que se entende a inferência como fenômeno cuja entrada é um sistema responsável pelas implicações de ordem lógica (semântica) que está interligado (e é complementado) por um sistema de natureza contextual (de ordem pragmática) que, por seu acesso à memória conceptual, tem condições de realizar as implicaturas e estabelecer a síntese entre o que é dedutiva e o que é contextualmente processado.

Desempenha papel importante no processo de inferenciação o que Sperber e Wilson chamam de *implicação contextual*: aquela conclusão resultante de uma premissa contendo informação nova (oriunda do falante) e outra, com informação antiga (representações já existentes na memória do ouvinte). Admitindo, tal como os autores, que uma asserção é relevante num contexto se e somente se tem algum *efeito contextual* naquele contexto, há de se entender que uma informação é relevante no caso de provocar alguma alteração (enfraquecimento, fortalecimento ou abandono) nas representações existentes no esquema conceptual do leitor (memória). Mais que isso, a relevância está associada à energia dispensada para processar determinada informação, isto é, quanto maior o esforço de processamento, menor a relevância. Isso leva a concluir que aquelas inferências de ordem pragmática - implicaturas - também se regem pelo esforço de seu processamento de tal forma que a tendência do locutor, em caso de informação não explícita, é atribuir maior relevância àquela que exige menor esforço de processamento e, conseqüentemente, entenderá que esta deve ter sido a intencionada pelo interlocutor.

Suponha-se que no esquema conceptual de um aluno (A) exista a representação de que uma letra bonita não é fundamental para a avaliação de um texto manuscrito. Esta representação pode ser resumida numa proposição do tipo:

- a) O traçado da letra não é fundamental para a qualidade de um texto manuscrito.

Suponha-se também que (A), quando solicitara ao professor que dissesse algo a respeito da qualidade do seu texto, tenha recebido a informação (b); *seu texto apresenta ótima caligrafia*. Considerando que a informação recebida tem alguma relevância (do contrário não teria sido apresentada), o aluno a utilizará como segunda premissa ao lado da anterior (a). Conju-

gando as duas premissas, fará então a sua inferência, aproximadamente nos termos que seguem:

- | | |
|---|---------------------|
| a) <i>Se o texto é bom, então a caligrafia não é relevante.</i> | Se A então B |
| b) <i>A caligrafia é relevante.</i> | ~B |
| Logo, <i>o texto não é bom.</i> | Logo, ~A. |

Esta ordem de raciocínio, como se verá mais adiante, inscreve-se na implicação material do tipo *modus tollens* e dá um pequeno exemplo de como a informação antiga (a) e a nova (b) interagem na realização das implicaturas que podem ser derivadas através de implicações contextuais cujo *efeito contextual*, neste caso, é o reforço da representação antiga no esquema conceptual do ouvinte: *efetivamente, a caligrafia não é um parâmetro pertinente para avaliar a qualidade de um texto.*

3. Implicação: um raciocínio lógico/semântico

Com apoio na teoria anterior, e até por necessidade de delimitação, tratar-se-á apenas de duas formas de raciocínio hipotético válido abordadas pela Lógica Semântica, conforme Alwood e Andersson (1977): *modus tollens* e *modus ponens* e das suas respectivas falácias - raciocínios logicamente incorretos: *a negação do antecedente* e *a afirmação do conseqüente*. É possível dizer, inicialmente, que o raciocínio lógico hipotético, a partir de silogismos construídos com os conectivos *se.....então*, parece orientar cotidianamente as ações humanas, ou seja, o ser humano agiria em função de hipóteses: *Se chover, então fico em casa...*, *Se tiver dinheiro, faço a minha viagem...*, *Se sair a Bolsa de Estudos, faço a minha Pós-Graduação...*, e assim por diante. Estes exemplos insinuam que, até mesmo no uso correto da linguagem, os interlocutores parecem raciocinar logicamente, mesmo quando se trata de implicatura conversacional: *Se X, numa situação determinada, disse Y, quando as máximas do Princípio da Cooperação (Grice, 1975) indicam que poderia ter dito Z, então deve estar dizendo algo que tenha um significado além do mais imediato: os enunciados sempre parecem dizer mais do que dizem explicitamente. Considere-se o seguinte silogismo do tipo *modus ponens*:*

Se chover, fico em casa.
Chove.
Então fico em casa.

Se p, então q
p
Logo, q

A implicação não permite estabelecer uma relação de causa/conseqüência: apenas que se o antecedente “Se chover” for verdadeiro então o conseqüente também o será, ou mais propriamente, que se as duas premissas forem verdadeiras, a conclusão também o será. Caracteriza-se, portanto, como raciocínio logicamente válido. Em contrapartida, se o mesmo raciocínio for reformulado, recebendo a forma: **Se p, então q; q; Logo p.**, incorre-se na *Falácia de afirmar o conseqüente*: do fato de “ficar em casa” não se poderá deduzir que vá chover.

Nota-se, assim, que a Lógica in/valida determinados raciocínios a partir da forma, afirmando em nosso exemplo que o primeiro é válido e o segundo não: apesar das restrições que se possa fazer quanto à formalização da linguagem humana, auxilia na análise de argumentos, facilitando a identificação da sua correção. Trata-se, pelo menos, de um motivo para os preocupados com a questão da aplicabilidade imediata da ciência, entenderem que o conhecimento do *modus ponens* e da sua contraparte, a *falácia de afirmar o conseqüente*, podem auxiliar na compreensão do processamento argumentativo.

Considere-se agora um outro exemplo de implicação - o *modus tollens*: a premissa categórica - *D. Pedro II não é um grande escritor* - nega a conseqüente da premissa condicional e a conclusão, a sua antecedente - *D. Pedro II escreveu o Alienista*:

Se D. Pedro II escreveu o Alienista, então é um grande escritor.

Se p, então q

D. Pedro II não é um grande escritor.

~ q

D. Pedro II não escreveu o Alienista.

Logo, ~ p

Invertendo a verdade da premissa categórica, isto é, negando o antecedente da condicional, incorre-se na falácia (raciocínio não-válido) de negar o antecedente:

Se D. Pedro II escreveu o Alienista, então é um grande escritor.

Se p, então q

D. Pedro II não escreveu o Alienista.

~ p

Então não é um grande escritor.

Logo, ~ q

Mesmo intuitivamente, reconhece-se a falácia: do fato de não haver escrito o Alienista não se segue que se trata de um mau escritor. (O autor poderia ter escrito outras obras de reconhecida qualidade). Outros raciocínios, com outros conteúdos, poderiam ser inscritos nas mesmas fórmulas. O que importa é que as duas formas de

raciocínio apresentadas permitem, apenas a partir de sua forma, a análise da sua validade ou não: se analisadas apenas subjetivamente, poderiam provocar insegurança quanto a sua correção ou não. Para uma Semântica amparada na objetividade, a análise do significado dos raciocínios a partir da sua apresentação formal representa uma alternativa no terreno da argumentação, mesmo que limitada a sentenças/proposições declarativas atemporais. Compreender como funcionam, parece requisito interessante para descrever a comunicação humana, até mesmo em termos cognitivos.

4. Regras conversacionais: Implicatura

De acordo com Grice (1975, p.86), os interlocutores procuram ser cooperativos, isto é, cada um faz “sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que (você) está engajado”. É o chamado Princípio Cooperativo que, ainda segundo o mesmo autor, apresenta algumas “máximas” que regem a conversação: qualidade, quantidade, relação e modo. A Máxima da Relação apenas diz: “Seja relevante” e o próprio autor admite que em sua formulação escondem-se vários problemas que precisam, em momento posterior, ser melhor estabelecidos.

O Princípio Cooperativo como um todo ainda continua sendo abordado na literatura pragmática e, segundo Sperber & Wilson (1995), suas máximas poderiam ficar restritas à máxima da relação: os autores elaboram, então, a Teoria da Relevância – uma das teorias em que se fundamenta o presente estudo. Ela permite examinar como o ouvinte, numa situação de diálogo, indiretamente aplica o raciocínio da implicação para fazer as suas inferências, ou seja, para atribuir significado à linguagem em uso³. Trata-se de uma linha de raciocínio que segue, aproximadamente, o que Grice (1975) pretende em seu artigo *Logic and Conversation*. Retome-se o exemplo já visto anteriormente:

³ Não parecem suficientes as observações feitas por DASCAL (1977) quando, referindo-se a GRICE (1975), diz que, antes de ser dedutivo, “tal procedimento poderia ser uma heurística. Um conjunto de regras ordenadas (pelo menos parcialmente) que daria ao interlocutor e ao locutor os meios de adivinhar (e não deduzir) as implicaturas; mas adivinhar de forma ‘educada’ ou ‘sistemática’, e não aleatória. (p.125). A própria ressalva - de que se trata de algo educado e sistemático - parece revelar um pensamento dedutivo.

Aluna: *E daí professor, como é que estava a minha Redação?*
 Prof: *Você tem uma caligrafia muito bonita.*

Aluna: *E daí professor, como é que estava a minha Redação?*

Prof: *Você tem uma caligrafia muito bonita.*

Mesmo que, ou exatamente por que, a significação da resposta do professor seja, em primeira instância, que

a aluna realmente tenha uma caligrafia bonita, ela vai raciocinar em função da Máxima da Relevância para chegar ao sentido pretendido pelo professor: “diga o que é relevante nas suas intervenções”. Assim, o raciocínio que a aluna passa a desenvolver é elaborado a partir de uma premissa já inscrita em seu esquema conceptual (informação antiga) e da premissa proveniente do input lingüístico (informação nova) e gera-se, como conclusão, uma implicação do tipo *modus tollens*: *para uma boa redação escrita, a qualidade da ortografia não é essencial*.

Para não ficar apenas neste exemplo, suponha-se que um eleitor pergunte a Lula: O programa “Fome-Zero” vai resolver o problema da falta de alimentos? E o Presidente lhe responde: É uma decisão da sociedade. Até porque a resposta não se enquadra diretamente no que a pergunta havia solicitado, o eleitor buscará atribuir relevância à resposta recebida e fará sua inferência a partir de um raciocínio *modus ponens*:

(a) Se o Fome-Zero resolve o problema, a decisão é da sociedade.

Se p, então q

(b) O Fome-Zero resolve o problema.

p

Portanto, a decisão é da sociedade.

Logo, q.

Mas em função de experiências anteriores, no esquema conceptual do eleitor poderia existir uma representação de que, em outros programas de combate à fome, o fracasso sempre tem sido atribuído à não colaboração da sociedade. Então, para eximir-se da responsabilidade que é, falsamente, atribuída à sociedade, o eleitor deverá elaborar seu raciocínio em bases diferentes:

(a) Se a decisão é da sociedade, o Fome-Zero resolve o problema

Se p, então q

(b) O Fome-Zero não resolve o problema.

~q

Portanto, a decisão não é da sociedade.

Logo, ~p.

Neste caso, o efeito *contextual* elimina uma das representações do eleitor: “quando os programas sociais fracassam, a culpa sempre é atribuída à sociedade”. Esse efeito contextual é resultante da *implicação contextual* calculada a partir da interação entre as duas premissas provenientes de: (a) do eleitor, (b) de Lula. O Presidente poderia, entretanto, ter aplicado um raciocínio falacioso - **Se p, então q; ~q; logo p** – e, mais uma vez, a sociedade pagaria a conta. Pode-se notar assim que a capacidade de lidar com o raciocínio inferencial pode auxiliar a com-

preender como determinadas “verdades” são convenientemente produzidas e divulgadas (Lage, 1998) e por que, tantas vezes, e quase sempre, o governo se exime de assumir a responsabilidade pelos resultados negativos dos programas que propõe.

Os exemplos desenvolvidos procuram ilustrar em que sentido o processo da comunicação é de ordem inferencial e que sua abordagem passa pelo interdisciplinar: apóia-se na implicação (semântica) e na implicação contextual (cognitiva) para o cálculo das implicaturas (pragmática). Isso permite afiançar, portanto, que mesmo ao se tratar das implicaturas - uma questão teoricamente pragmática - tanto o ouvinte quanto o falante utilizam-se de estratégias lógicas de raciocínio, o primeiro na organização dos argumentos e o segundo, na interpretação pela inferência lógica - teoricamente uma questão de ordem semântica.

Admitindo, pelo menos por hipótese, que o processamento da informação também se dá nos termos aqui colocados, pode-se entender em que medida, aquilo que parecia incompatível num primeiro momento, pode mostrar-se integrado e complementar. Assim, quando se relega, sem maior análise, o estatuto da Lógica no estudo da linguagem como teoria superada não se está dando conta de que, mesmo no campo da Pragmática, (linguagem em uso) ela pode estar presente. Isso não deve significar que uma teoria da interpretação apoiada nas inferências deva ficar restrita à Semântica e nem de que esta tenha primazia sobre as teorias pragmáticas. Aponta, isso sim, para compreender que se trata de duas áreas de estudo da linguagem que, tanto do ponto de vista lingüístico quanto do cognitivo, parecem complementar-se.

5. Considerações Finais:

Conforme dito no início, não se pretendia desenvolver ou apresentar de forma exaustiva uma teoria envolvendo a implicação – semântica - e a implicatura - pragmática - para, a partir daí, defender que ambas poderiam ser abordadas dentro de uma delas ou de que uma teoria da comunicação deva ser ampla a ponto de englobar as duas categorias numa só, em uma disciplina mais geral. O que se tem indicado é que, se somados às contribuições da Teoria da Relevância como um todo e a da noção de implicação contextual em particular, os estudos relativos ao uso da linguagem poderiam alcançar melhores resultados se não ficarem expostos à preocupação em estabelecer limites cada vez mais precisos para as diversas áreas do conhecimento, forçando a permanecer em campos separados o que a

realidade parece insistir em demonstrar que se inscreve em mais de um deles, complementarmente.

Além disso, e até mesmo como consequência, pode-se acrescentar que questões à primeira vista distantes, estão mais próximas do que parece quando se procura analisá-las no que apresentam em comum, como este breve estudo sobre a inferencialidade tem buscado demonstrar. Se a Semântica e a Pragmática devem ou não constituir um campo único no estudo do significado e da comunicação ainda não se tem condições de dizer, mas que se trata de dois campos totalmente incompatíveis, o presente estudo parece ter demonstrado que não, principalmente se pensados numa perspectiva cognitiva e de acordo com o Princípio da Relevância.

Referências Bibliográficas:

ALWOOD, J., ANDERSSON, L-G & DAHL, Ö. *Logic in Linguistics*. Cambridge. CUP. 1977.

DASCAL, M. Relevância Conversacional. In: *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. V. 4. Campinas. 1982. (p.105-131)

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: COLE, P & MORGAN, J. (Orgs.). *Syntax and Semantics*. Speech Acts. New York. V.3.

LAGE, Nilson. *Controle da opinião pública: um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis. Vozes. 1998. .

LEECH, Geoffrey. *The Principles of Pragmatics*. New York. Longman. 1983

LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge. CUP. 1983.

MORRIS, C. W. *Fundamentos da teoria dos signos*. (Trad. Milton J. Pinto). Rio de Janeiro. Eldorado; Sao Paulo. Edusp. 1976.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and Cognition*. 2ª ed. Oxford. Blackwell Publishers. 1995.

Ivo José Dittrich
é Doutor em Lingüística pela UFSC,
professor e pesquisador do Centro de
Educação e Letras da Unioeste/Foz.

Áreas de interesse:
Pragmática, Comunicação, Retórica